DISCUSSÕES ACADÊMICAS SOBRE O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Alice Rosa de Sena Ferrari, Maria de Fátima Salum Moreira

Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE, Programa de Mestrado em Educação, Presidente Prudente, SP. E-mail: alicedesena@hotmail.com

RESUMO

A Lei nº 10.639/03 tornou obrigatória a inclusão do Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, implicando mudanças no currículo escolar e na formação de professores. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana propõem uma série de ações para implementar a lei. É diante de tal contexto que apresentamos os eixos temáticos sobre a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana para serem incluídos no currículo escolar. A pesquisa é de caráter qualitativo, utilizando-se de fontes documentais bibliográficas. Neste artigo, serão explicitadas algumas das bases teóricas e bibliográficas de estudos para o desenvolvimento de futura pesquisa de Mestrado sobre materiais bibliográficos desenvolvidos pelo Ministério da Educação.

Palavras-chave: Lei. Diretrizes. Currículo. Discussões Acadêmicas. Temática Racial.

ACADEMIC DISCUSSIONS ON THE HISTORY OF EDUCATION AND CULTURE AFRO-BRAZILIAN

ABSTRACT

The Brazilian Federal Law 10.639/03 made compulsory the teaching of African-Brazilian History and Culture in elementary and high schools, which occasioned changes in the school curriculum and in the teacher education. The National Guidelines for the Teaching of Ethnic and Race Relations and of Afro-Brazilian and African History and Culture propose several actions to implement the mentioned law. It is in this setting that we present the thematic areas about Afro-Brazilian and African History and Culture as proposals to be adopted in the school curriculum. The current research has a qualitative approach by employing bibliographical documentary sources. This article will present some of the theoretical and bibliographical bases of study to be used to develop the future Master's research about the bibliographic materials produced by the Brazilian Ministry of Education.

Keywords: Law. Guidelines. Curriculum. Academic Discussions. Race Issue.

INTRODUÇÃO

Com o advento da Lei nº 10.639/03, tornou-se obrigatória a inclusão do Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, implicando mudanças no currículo escolar. Os currículos das escolas são organizados a partir de normativas que procedem da Lei nº 9.394/96, a qual estabelece as Diretrizes e Bases da Educação, L.D.B. A Lei nº 10.639/03 alterou os artigos 26 e 79 da L.D.B., sendo que o artigo 26 passou a vigorar com os seguintes termos:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)

A promulgação da Lei nº 10.639/03 é o resultado das lutas do Movimento Negro e dos demais grupos e organizações da luta antirracista pela superação do racismo, que impeliu o Estado a elaborar ações afirmativas na educação básica, com a finalidade de corrigir as desigualdades históricas que incidem sobre a população negra, no Brasil (GOMES, 2010).

O combate ao racismo foi a mola propulsora que impulsionou os movimentos a pressionarem os governos a incluírem em sua agenda legislativa a pauta do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. No entanto, as práticas de racismo, no Brasil, apesar de sua constância e permanência, são negadas, o que dificulta a ampliação do debate da temática racial. E, dentro da escola, essa negação também é evidente. Ao discorrer sobre o modo como os professores concebem o racismo, Gomes indica que eles “[...] pensam que o racismo se restringe à realidade dos EUA, ao nazismo de Hitler e ao extinto regime da Apartheid na África do Sul” (GOMES, 2005b, p.148).

Para entender e combater o racismo, é necessário que se entenda qual o significado de *raça*, tendo em vista que sua definição é uma construção social, fruto de relações de poder e, portanto, pode originar desigualdades sociais e raciais (COSTA; SANTOS; SILVÉRIO, 2009). Sobre a utilização do termo *raça*, Gomes assinala:

Os militantes e intelectuais que adotam o termo *raça* não o adotam no sentido biológico, pelo contrário, todos sabem e concordam com os atuais estudos da genética de que não existem raças humanas. Na realidade eles trabalham o termo *raça* atribuindo-lhe um significado político construído a partir da análise do tipo de racismo que existe no contexto brasileiro e considerando as dimensões histórica e cultural que este nos remete. Por isso, muitas vezes, alguns intelectuais, ao se referirem ao segmento negro utilizam o termo *étnico-racial*, demonstrando que estão considerando uma multiplicidade de dimensões e questões que envolvem a história, a cultura e a vida dos negros no Brasil. (GOMES, 2005a, p. 47).

A postura do professor frente à questão do racismo, enquanto objeção a tal fato, denota como os agentes escolares desconhecem o processo histórico de lutas antirracistas, o qual legitimou a promulgação da Lei nº 10.639/03. A inserção do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, além da adoção de práticas que discutam a realidade do racismo e a necessidade de erradicá-lo, se propõe, ainda, o reconhecimento do legado cultural, econômico e social africano que está traduzido na religião, no modo de vestir e comer, nas palavras, nos mitos, na medicina, na produção econômica do passado e do presente. E, nesse sentido, se justifica a integração do legado africano ao currículo escolar (SANTANA; SANTANA; MOREIRA, 2013).

Com efeito, é diante da legitimidade de tal demanda que os professores, tanto em exercício como em formação, precisariam ser preparados para desenvolver o trabalho de ensino dessa temática. Sobretudo, é necessário que tenham a possibilidade de acesso a materiais bibliográficos que discutam a História e Cultura Afro-Brasileira, conforme preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Não se recomenda, contudo, a mera aplicação dos conteúdos de ensino indicados na lei, mas o preparo docente para o seu exercício, com base em um pensamento crítico e autônomo em relação às questões relativas à problemática racial e à cultura africana.

Queremos salientar, porém, que tanto observações informais como investigações mais recentes, no tema, indicam para a precariedade na efetivação dessa prática nas escolas. Em face de tal situação, é importante que nos debruçemos sobre os estudos já realizados e nos empenhemos em não apenas ampliar o seu escopo, mas também em aprofundar as análises já iniciadas. Com tais propósitos, neste artigo, são apresentados os principais eixos temáticos previstos pela legislação para serem incluídos no currículo escolar.

O estudo é de natureza qualitativa, orientado pelo levantamento e análise documental e bibliográfica. As análises, com base em estudos sociológicos e culturais (CERTEAU, 1994; HALL, 2002), seguem os procedimentos metodológicos indicados por Minayo: 1) a leitura flutuante do

material; 2) o contato com os enunciados selecionados; 3) a leitura detalhada e a distribuição em temas; 4) a análise temática e conceitual das categorias de análise iniciais e daquelas que surgirem, no decorrer do trabalho (MINAYO, 2004).

O CURRÍCULO E OS EIXOS TEMÁTICOS SOBRE A HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA

A mudança no currículo escolar para a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira necessita ser entendida como processo, tendo em vista que não se trata de conteúdos prontos, mas de conteúdos que precisam ser construídos. Além disso, a construção do currículo escolar é uma decisão que deve contemplar o contexto social, político, cultural, intelectual e pedagógico do qual faz parte o sistema de ensino (SANTANA; SANTANA; MOREIRA, 2013). A descolonização do currículo, proposta por Gomes (2012, p.102), é uma forma de traduzir em debates as temáticas que, outrora, não foram contempladas pela rigidez das matrizes curriculares das escolas.

Desde a data da promulgação da Lei nº 10.639/03, o que se espera é que os currículos contemplem o debate sobre o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas, com a inclusão de temas e objetos que impliquem a construção de um novo eixo para a formação do Brasil. É nesse sentido que a proposta é o estudo das africanidades brasileiras, assim concebida por Silva:

Ao dizer africanidades brasileiras estamos nos referindo às raízes da cultura brasileira que têm origem africana. Dizendo de outra forma, estamos, de um lado, nos referindo aos modos de ser, de viver, de organizar suas lutas, próprios dos negros brasileiros, e de outro lado, às marcas da cultura africana que, independentemente da origem étnica de cada brasileiro, fazem parte do seu dia-a-dia. (SILVA, 2005, p.155).

As temáticas sobre as quais iremos discorrer, neste artigo, se pautam por aquelas que foram privilegiadas e já previstas na legislação para serem incluídas no currículo escolar: a) história da África e dos africanos; b) a luta dos negros no Brasil; c) a cultura negra brasileira; d) o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil. A ideia central dos eixos temáticos envolve história, lutas, cultura e práticas sociais com as quais se encontram envolvidos os povos de origem africana.

A história da África e dos africanos

O estudo da África e dos africanos é ponto de partida para os professores iniciarem o debate da temática em sala de aula, considerando que os povos africanos nem sempre foram

escravos, como as visões estereotipadas fazem pensar, e visto que existe uma história que antecede o movimento escravocrata. Portanto, entende-se que, ao conhecer a história da África e dos africanos, desconstruindo a representação que se criou em torno da escravidão, é possível construir uma cultura de valorização desse povo (NEVES, 2012).

Defende-se que a história que precede a chegada dos povos árabes e europeus ao continente africano seja privilegiada nos livros didáticos, tendo em vista que a África sofreu mudança de percepção substantiva com a chegada desses povos, segundo Santos (2010): “Não havia negros entre os africanos. Aliás, nem havia africanos, do modo como entendemos hoje. O que havia era uma centena de grupos étnicos com designações tão variadas quanto suas culturas, como fulas, mandingas, umbundos, quimbundos, cabindas etc.” (SANTOS, 2010, p. 28).

Sob tal perspectiva, as propostas educativas enfatizam que a história do continente africano, vista numa perspectiva dissociada do processo de escravidão, pode ampliar a visão que os alunos têm acerca da África. Conhecer a engenharia que orientou a construção das Pirâmides do Egito e as matemáticas que foram utilizadas, conhecer a fauna e a flora, o teatro, a música, a poesia, a medicina, os pensadores, enfim, todo conhecimento que foi por anos negligenciado pode ser um fio condutor para eliminar práticas discriminatórias que inferiorizam os negros.

A inclusão da História da África no currículo escolar é tão importante quanto o estudo da história dos outros continentes, levando-se em conta que as lacunas produzidas ao longo dos tempos em relação à civilização africana desencadearam uma visão parcial do contexto histórico. A abordagem da temática, no entanto, não deve exaltar a África em detrimento de outros povos, como se construiu o eurocentrismo em relação à Europa. A proposta é promover a compreensão da circularidade entre o presente e o passado, sem a promoção de contraposições ou mesmo idealizações entre a história das diferentes civilizações (PEREIRA, 2008).

A luta dos negros no Brasil

O processo de colonização do Brasil ocorre, sobretudo, com a utilização da mão de obra africana escravizada. Essa afirmativa já integra o currículo escolar, dada a visibilidade que é dispensada ao escravagismo, na literatura, com temáticas como tráfico negreiro, agricultura canavieira, engenho etc. Nesse sentido, a ampliação de temas, para além da história da escravidão, é uma forma de oportunizar que os alunos conheçam outros contextos os quais envolvem os negros, no Brasil, como, por exemplo, os movimentos e suas lutas.

Do Quilombo dos Palmares às lutas por direitos como acesso a educação, cultura, trabalho, existe muito a ser discutido em sala de aula. As lutas dos movimentos negros começaram a ganhar

notoriedade, o que lhes rendeu, dentre outras conquistas, a promulgação das leis do Ventre Livre, do Sexagenário e Áurea, além das leis mais recentes, como a nº 10.639/03, objeto deste estudo, e nº 12.711/12, que institui as cotas para ingresso em universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

Nessa trajetória para a conquista de direitos, uma das barreiras que as militâncias enfrentam é a negativa de que haja racismo, no Brasil, portanto, a temática relativa aos negros não recebe a mesma importância que as que se referem a outras minorias (VALENTE, 2007).

Dessa forma, as lutas dos negros não podem ser vistas apenas como os embates físicos que envolveram a resistência à escravidão, mas também pelos inúmeros esforços despendidos para a obtenção de direitos sociais e civis, além do enfrentamento diário de ações discriminatórias.

A cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional

A influência de várias culturas está presente nos hábitos diários dos brasileiros, sejam elas de origem europeia, africana ou indígena. Os traços da cultura africana, por exemplo, estão visíveis na comida, na religião, nas manifestações artísticas e em vários outros segmentos da sociedade (FERNANDES, 2005). Discutir a cultura negra brasileira é possibilitar que o aluno reconheça que muitas práticas do dia a dia tiveram origem através da cultura africana.

A cultura, em todas as suas dimensões, tem sido pauta de diversas discussões; conforme assinala Gomes, (2003), “[...] nunca se falou tanto em cultura quanto hoje: cultura escolar, cultura da escola, diversidade cultural, multiculturalismo, interculturalismo, sujeitos socioculturais, cultura juvenil, cultura indígena, cultura negra” (GOMES, 2003, p. 75).

A cultura, bem como a história, é onde se define a identidade, aquilo que remete a pessoa ao pertencimento a um grupo social de referência. Nesse sentido, é possível pensar que a cultura é construída a partir das relações entre os grupos sociais e é difundida como inferior ou superior, de acordo com o interesse desses grupos.

A hierarquização entre brancos e negros, construída num contexto de escravidão e racismo, é instalada na sociedade por meio da cultura, inclusive da cultura escolar. Gomes assevera, em relação à influência cultural produzida dentro da escola:

Somos educados pelo meio sociocultural a enxergar certas diferenças, as quais fazem parte de um sistema de representações construído socialmente por meio de tensões, conflitos, acordos e negociações sociais. A escola, enquanto instituição social responsável pela organização, transmissão e socialização do conhecimento e da cultura, revela-se como um dos espaços em que as representações negativas sobre o negro são difundidas. E por isso

ela também é um importante local onde estas podem ser superadas. (GOMES, 2003, p. 76).

Assim, refletir com os alunos sobre como uma cultura é disseminada, como as relações de poder são determinantes nesse processo, a qual interesse aquela cultura atende, é uma possibilidade de compreender por que alguns modos de vida são inferiorizados em detrimento de outros. Sobre a discriminação que se constrói, ao se negar a participação dos negros na formação da sociedade brasileira, Brandão aponta:

[...] as ideologias e os mitos formadores de nossa sociedade, o ocultamento de técnicas e conhecimentos oriundos da África, a desvalorização de saberes e fazeres quilombolas ou a recusa de docentes em ensinar ou sequer conhecer as religiosidades afro-brasileiras são evidências da situação de discriminação racial em que vivemos todos nós, brasileiros – brancos e brancas, negros e negras, idosos, adultos, jovens e, infelizmente, nossas crianças. (BRANDÃO, 2010, p.10).

Os educadores podem se valer de discursos de como a mão de obra africana, por exemplo, contribuiu para a agricultura do país e, em consequência, como a economia do Brasil foi se delineando a partir da produção de açúcar do período colonial. O Brasil atual, conforme censo de 2010, conta com uma população de pretos e pardos que corresponde a 50,8% de um total de 190.732,694 pessoas, a qual, portanto, continua tendo expressiva participação na economia, sociedade e cultura (BRASIL, 2012). No entanto, não há que se reduzir a participação dos negros somente à mão de obra, mas ampliar a pesquisa em torno da origem dos alunos, seus descendentes, suas histórias, seus modos de cozinhar, de manipular ervas, a arte, os esportes, a religião, enfim, todo o histórico de saberes e fazeres que constituam a formação da sociedade brasileira.

CONCLUSÃO

As discussões em torno da História e Cultura Afro-Brasileira ganharam espaço nos meios acadêmicos, com a elaboração de produções científicas interessantes, algumas delas citadas neste artigo. Nesse contexto, os professores podem se apropriar do conteúdo dessas produções para ampliar os seus conhecimentos e crítica acerca da temática, de modo a garantir que tal ensino se realize em sala de aula.

A ressalva que se faz é a de que os professores recebam formação adequada sobre a temática, para que possam tratar a História como campo de relações sociais e de poder, as quais envolvem lutas e resistências. Que não recaiam em equívocos pautados em visões maniqueístas

que servem para opor as sociedades e suas culturas como “superiores” e “inferiores”. O que se pretende é garantir que sejam incluídos estudos sobre os africanos e afro-brasileiros, bem como dos povos indígenas, no Brasil, assim como dos povos asiáticos, europeus e orientais.

Em suma, as práticas discriminatórias que se originam pela falta de conhecimento sobre a História e Cultura Afro-Brasileira podem ser combatidas na escola, pela ampliação de um debate que discuta as suas histórias, lutas, culturas e várias formas de participação social. O acesso ao conhecimento sobre a temática, desprovido de visões estereotipadas de inferioridade construídas ao longo do processo histórico, é um caminho que precisa ser trilhado por professores e alunos das escolas brasileiras para garantia de uma sociedade mais igualitária.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, A. P. (Org.). *Modos de fazer: caderno de atividades, saberes e fazeres*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010.

BRASIL. *Lei nº 9.394/96*. Brasília: D.F., 1996.

BRASIL. *Lei nº 10.639/03*. Brasília: D.F., 2003.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: D.F., 2004.

BRASIL. *Portal Brasil*, 2012. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/07/censo-2010-mostra-as-diferencas-entre-caracteristicas-gerais-da-populacao-brasileira>. Acesso em: 29 jul. 2015.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

COSTA, J.B.; SANTOS, S.A.; VALTER, R. S. Relações raciais em perspectiva. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v.12, n. 2, p. 215-222, jul./dez. 2009.

FERNANDES, J. R. O. Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades. *Cedes*, Campinas, v. 25, n. 67, p. 378-388, set./dez. 2005. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622005000300009>

GAMBOA, S. A. S. Pesquisa qualitativa: superando tecnicismos e falsos dualismos. *Contrapontos*, Itajaí, v. 3, n. 3, p. 393-405, set./dez. 2003.

GOMES, N. L. Cultura negra e educação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 75-85, maio/jun./jul./ago. 2003.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: SANTOS, S. A. (Org.). *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei nº 10.639/03*. Brasília: Ministério da Educação, 2005a.

GOMES, N. L. Educação e Relações Raciais: Refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, K. (Org.). *Superando o Racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, 2005b.

GOMES, N. L. Educação, relações étnico-raciais e a Lei nº 10.639/03: breves reflexões. In: BRANDÃO, A. P. (Org.). *Modos de fazer: caderno de atividades, saberes e fazeres*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010.

GOMES, N. L. Relações Étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. *Currículo sem fronteiras*, v. 12, n.1, p. 98-109, jan./abr. 2012.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz T. Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MINAYO, M. C. S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 23. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

NEVES, A. M. B. *Interações: raízes históricas brasileiras*. São Paulo: Blucher, 2012.

PEREIRA, J. S. Reconhecendo ou construindo uma polaridade étnico-identitária? Desafios do ensino de história no imediato contexto pós-Lei nº 10.639. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.21, n. 41, p. 21-43, jan./jun. 2008.

SANTANA, J. V. J.; SANTANA, M.; MOREIRA, M. A. Cultura, currículo e diversidade etnicorracial: algumas considerações. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 9, n. 15, p. 103-125, jul./dez. 2013.

SANTOS, M. A. Preto, Pardo, Negro, Afrodescendente: as muitas faces da negritude brasileira. In: BRANDÃO, A. P. (Org.). *Modos de fazer: caderno de atividades, saberes e fazeres*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010.

SILVA, P. B. G. Educação Aprendizagem e Ensino das Africanidades Brasileiras. In: MUNANGA, K. (Org.). *Superando o Racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

VALENTE, A. L. Os negros, a educação e as políticas de ação afirmativa. In: FÁVERO, O.; IRELAND, T. D. (Org.) *Educação como exercício de diversidade*. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2007.